



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais (IREL)  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**O Bilateralismo - Brasil e República Bolivariana da Venezuela:  
reflexos sociais, políticos e econômicos.**

**Julio Cesar Freire Taleires**

**Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do  
título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientador: Professor Doutor [Eiiti Sato](#)**

**Brasília  
2015**

### **Resumo**

Este presente artigo tem por objetivo considerar as estratégias de integração regional e inserção internacional de Brasil e República Bolivariana da Venezuela, através da compreensão de como se articulam tais estratégias para a definição do relacionamento entre estes atores, em que se fundamentam, onde convergem com o tradicional posicionamento em política externa de cada ator, e onde são divergentes, e qual o comportamento destes atores quanto ao atendimento das diversas demandas domésticas e externas que gravitam sob o auspício desse bilateralismo relacional. Finalmente se objetiva formular uma percepção aproximada, quanto à viabilidade do modelo de relação bilateral fomentado por forte aspecto político-ideológico.

### **Abstract**

This present paper intends to formulate perceptions about strategies of regional integration and international insertion of Brasil and Bolivarian Republic of Venezuela. From their specific and individual strategies intends to understand how these actors define their bilateral agendas. In which fundaments their actions are convergent or conflicting. How these actors proceed to attends their privacy and foreign policies that orbite around the sponsorship of this bilateralism. Finally argues about the ideological feasibility of this integration process.

### **Palavras-chave**

Bilateralismo, agendas doméstica e internacional, estratégias.

### **Key-words**

Bilateralism, foreign and privacy agendas, strategies.

## O Bilateralismo - Brasil e República Bolivariana Venezuela: reflexos sociais, políticos e econômicos.

### Introdução

As estratégias de inserção internacional, a articulação de tais estratégias, em que se fundamentam, onde convergem e onde são divergentes, quando do atendimento das diversas demandas que gravitam sob os auspícios de uma relação fomentada no ajustamento bilateral, delineiam a construção deste exercício de argumentação.

Este artigo tem o objetivo de analisar quanto a adoção do comportamento político-ideológico nas formas de condução de governo e nas práticas governamentais induz assimetricamente o posicionamento internacional, o relacionamento bilateral e os assuntos internos de Brasil e República Bolivariana da Venezuela.

O processo de organização deste artigo decorre inicialmente de uma percepção geral das narrativas sul-americanas, em breve análise, contextualizada no espaço de 2006-2015, e sob as nuances e efeitos dos dinâmicos arranjos do sistema internacional. A abordagem analítica deste período coincide com o segundo mandato dos presidentes Hugo Chávez (Venezuela) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e estende aos seus respectivos sucessores, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff. No plano da economia mundializada, coincide com a **crise do subprime** (desencadeada em 2006, a partir da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos); a **crise da dívida pública da zona do euro** (a partir do final de 2009, como resultado do aumento dos níveis de endividamento do governo e entidades privadas em alguns estados europeus); e a **desaceleração da economia global**. No plano político internacional, coincide com o **incidente EUA-Venezuela** (no início de 2006, o governo venezuelano, declarou "persona non grata" um adido militar da embaixada americana em Caracas e em resposta, Washington expulsou Jenny Figueredo, da embaixada venezuelana nos Estados Unidos); a **suspensão e reingresso do Paraguai** ao Mercosul; a **efetivação do ingresso da Venezuela** no Mercosul (em 31/07/2012); e as **tensões diplomáticas** entre Venezuela e Colômbia ao longo deste intervalo cronológico. Através desta percepção geral, busca-se depreender a ação particular dos Estados-atores objetos deste estudo.

Em seguida, o foco de observação perpassará a quantificação e a qualificação do desempenho dos atores em análise, ao longo do período contextualizado neste artigo. Dados de mensuração e índices de referência obtidos de organismos e agências oficiais serão considerados como fontes de avaliação do comportamento particular dos referidos atores nas áreas representativas já anteriormente delineadas. A capacidade de respostas às oscilações da economia global e de resolução a conflitos localizados será individualmente analisada nesta fase da argumentação.

A narrativa das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, o que se apreende do bolivarianismo na política internacional, a caracterização e justificativa do assunto determinante encontram-se por conseguinte nesta última fase da discussão. Considerando que o incremento das relações entre tais atores dá-se a partir do “*encontro de La Guzmania, em 4 de março de 1994, onde os presidentes dos dois países à época, Itamar Franco e Rafael Caldera assinaram os mais importantes acordos e compromissos na história dos dois países até aquela data. É em La Guzmania que podemos traçar a origem de uma prática e efetiva relação entre os dois países, que presenciamos em dias atuais. Entre seus dispositivos, previa a criação do MPC (Mecanismo Político de Consulta) e da Coban (Comissão Binacional de Alto Nível), presidida pelos chanceleres e integradas por diversos ministros de Estado*” (Fuccille, 2008). O processo de construção de agendas comuns, a formulação de políticas conjuntas e as estratégias de integração e reação ao multilateralismo **regional** (MERCOSUL – Mercado Comum do Sul, CAN – Comunidade Andina, UNASUL - União de Nações Sul-Americanas) e **global** (UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA, BRICS), ficam agora contextualizados ao cenário esboçado entre 2006-2015, quando ocorre a ampliação das conexões binacionais, a partir dos governos de Hugo Chávez (Venezuela) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil). A evolução dos projetos nacionais onde se coadunam, o desempenho da balança comercial binacional dentro do período em observação, a encruzilhada do modelo chavista, e o enfrentamento de crises domésticas e da economia internacional serão por fim considerados sob o aspecto da legitimidade e eficácia das ações implementadas por estes dois atores internacionais.

O fechamento deste artigo assenta-se sob a percepção aproximada quanto à viabilidade ou inviabilidade do modelo de ajustamento bilateral apoiado em relações com forte aspecto político-ideológico, modelo tal assimétrico, e permanentemente confrontado por arranjos mundializados de economia e política, onde vigoram a desconstrução do protecionismo e o desacastelamento dos mercados.

## **A narrativa sul-americana 2006-2015**

### **Do regime político internacional**

Na formulação de uma percepção assertiva a respeito do cenário político sul-americano compreendido entre os segundos governos dos presidentes Hugo Chávez (Venezuela) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil) e estendido aos seus respectivos sucessores, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff, o fator ideológico apresenta-se como uma adequada ferramenta de compreensão, visto que (...) “a ideologia é um elemento indispensável para compreender as interações globais e para explicar as motivações dos agentes, permitindo perceber os reais motivos que se escondem por trás de atitudes aparentemente altruístas” (Pecequillo, 2010:109).

Muitos estudiosos têm associado a viabilidade eleitoral dos candidatos presidenciais de esquerda<sup>1</sup> no bloco sul-americano às crises asiática , 1997 e argentina, 2001 e ao comportamento especial da economia internacional do período que “abriria caminho aos discursos e líderes prometendo relevantes mudanças e inclusão” (Spanakos, 2008) e permitira “os sucessos eleitorais de partidos de alta mobilização com alta densidade sindical<sup>2</sup> (Clearly, 2006).”

---

[1] Ellner (2004) argumenta que não há dois, mas três tipos de esquerda, em sua entrevista com Castañeda, Marta Harnecker e James Petras. A primeira esquerda é social-democrata, confortável com o setor comercial e produtivo de centro-esquerda do Chile e do Uruguai, favorecidas por Castañeda. A segunda está associada com Harnecker , representante destacada da esquerda radical e assessora de Hugo Chávez. Ela define a esquerda como “a convergência de todas as forças que se opõem ao capitalismo e à lógica do lucro, que luta por uma sociedade alternativa baseada no humanismo e na solidariedade, construída com base nos interesses dos trabalhadores liberados da pobreza material e da miséria espiritual alimentados pelo capitalismo (2005:143).” Essa definição dá pouco espaço para a aceitação dos grandes negócios, plenamente aceitos pelos “esquerdistas da terceira via”, como Fernando Henrique e Leonel Fernández. A terceira posição está ligada à esquerda anticapitalista e anti-imperialista promovida por Petras. Nesta tipologia, não é somente a centro-esquerda que é pragmática. Harnecker considera sua estratégia “pragmática”, porque em contraste com Castañeda e Petras (Harnecker, 2005:146), ela percebe no pragmatismo não somente o abandono de abordagem contra o mercado, mas o abandono da “luta anti-imperialista” (Spanakos e Renno, 2011:121).

[2] Sindicalismo – o modelo de organização sindical baseia-se não na conciliação dos interesses de categoria, mas, ao contrário, no conflito de interesses e na luta de classe entre os detentores dos meios de produção e os proletários que não dispõem de outro bem senão sua força de trabalho. A história do sindicalismo em todo o mundo é uma história de lutas, de confrontos, de perseguições e de repressão. O Brasil subscreveu, com outros 106 países, a Convenção 07 da OIT, aprovada em 17 de junho de 1948, tendo entrado em vigor em julho de 1950. Entretanto, nunca a ratificou porque colide com o modelo em vigor no Brasil. O modelo não funciona apenas para os sindicatos de trabalhadores, mas também, para a estrutura sindical dos empregadores. A arrecadação compulsória do imposto sindical gerou um estamento burocrático de dirigentes sindicais (...) que permanecem décadas no mesmo posto, em especial nas federações e confederações. O sindicalismo brasileiro que nasceu sob a tutela do Estado, dele não se libertou até hoje. Ao contrário, manteve-se cada vez mais dependente dos favores, benesses, e contribuições que, arrecadadas compulsoriamente, são divididas entre entidades sindicais e o governo que o mantém refém de seus interesses (Nogueira Filho, 2010:384)

Uma vez que, considerado o fator ideológico um auxílio valioso à explicação do cenário político sul-americano (2006-2015), deve-se ressaltar o determinismo do fator econômico, pois, “a economia é, assim, elemento essencial do meio internacional. Este fator atravessa as demais relações (sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, militares e culturais) e permite a compreensão do caráter de cada uma destas instâncias” (Pecequillo, 2010:102).

O despontar das esquerdas sul-americanas e o êxito de líderes carismáticos sobre seus predecessores, decorre inerentemente da conformação da economia global que ocasionara, em dado momento, estagnação nas economias domésticas atreladas às commodities, e quando essas esquerdas se beneficiam e têm seu êxito consolidado em outro momento, com a inversão no cenário econômico internacional pelo reaquecimento do comércio e a valorização nos preços das commodities, segundo analisa Spanakos e Renno, (2011:127):

No Brasil os eleitores escolheram Cardoso (1994) na medida em que seu programa de estabilização econômica rapidamente reduziu a inflação e o reelegeram (1998) devido à preocupação com a volta da inflação, criada pela sensação de insegurança gerada pela crise dos mercados globais seguido a Crise Asiática e o colapso do rublo russo (Spanakos e Renno, 2006). Mas, o crescimento lento, constrangido por taxas de juros altas para atrair capital estrangeiro e para reduzir as pressões inflacionárias, levou os eleitores a um candidato que poderia trazer mudanças e empregos (Kingstone e Power, 2008), elegendo, assim, o eterno líder da oposição, Lula, em 2002. A volta do crescimento, no início de 2003, facilitou sua reeleição em 2006 e, provavelmente, a eleição de seu sucessor. Enquanto este crescimento foi atrelado a decisões de políticas internas (Sola, 2006), ele também foi causado por um declínio global dos prêmios de risco e volatilidade e por um aumento dos preços das commodities. Similarmente, Hugo Chávez iniciou seu governo como o típico *outsider* (1998), seguindo uma longa década e meia de estagnação ligada à fraca demanda por petróleo nos mercados globais (Karl, 1997). Suas reeleições (2000 e 2006) e seu sucesso em reverter um pedido de *recall* (2004) ocorreram durante períodos de alta recuperação nos preços do petróleo. Finalmente, embora haja muitas razões para a eleição de Morales na Bolívia, eleito por uma maioria, e também tendo sobrevivido a uma eleição de *recall*, e sendo reeleito, assim como Correa no Equador, que também foi eleito por uma maioria, completou seu mandato de governo e foi reeleito, suas ascensões ao estiveram ligadas ao baixo desempenho econômico de seus predecessores – desempenho afetado pela demanda global de commodities – e suas reeleições ligadas ao preço global das commodities.

A partir das eleições dos sucessores de Hugo Chávez (Venezuela) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), o “socialismo do século XXI” chavista e a experiência brasileira com o Partido dos Trabalhadores, vêm sendo submetidos, seja por razões internas político-ideológicas imunes ao revisionismo<sup>3</sup> e à auto-crítica, seja pelo exercício de um paradigma desenvolvimentista e de uma *reprimarização* da pauta exportadora confrontantes com os cenários econômicos internacionais, a um nítido enfraquecimento do poder de influência tanto na esfera doméstica, como na conformação sul-americana.

A conjuntura atual demonstra um redesenho nas forças políticas dos principais atores do bloco sul-americano: após 12 anos de *kirchnerismo*, Mauricio Macri, um líder de centro-direita chega ao poder na Argentina; o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), de Nicolás Maduro, sofreu após 16 anos uma derrota parlamentar, onde a coligação de oposição representada pela Mesa da Unidade Democrática (MUD) obteve 99 assentos, ou seja, uma maioria de dois terços no parlamento deste país. No Brasil, a legitimidade do governo petista vem sendo contestada não somente pelos inexpressivos índices econômicos e seguidos rebaixamentos no grau de investimento do país, mas também, pelos inúmeros casos de corrupção em andamento investigativo que envolvem o partido majoritário e a base governista, e além de recente abertura de processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff.

Diante de um cenário que sugere, não imediatas, mas, significativas transformações no arranjo político interno dos atores em questão, surge assim a possibilidade de superar em âmbito regional, as dificuldades de integração e reavaliar valores da autonomia, do regionalismo e do *vivir con lo nuestro* (Ferrer, 2002)<sup>4</sup>, e pô-los em confrontos com o modo de integração sob o viés bolivariano.

---

[3] Atitude daqueles que levantam a discussão das bases de uma doutrina, ou dela discordam, isto é, daqueles que procuram fazer revisão do pensamento de um teórico. Contemporaneamente, o termo é usado de modo pejorativo para estigmatizar aqueles pensadores ou políticos socialistas que se afastam da exposição e da prática ortodoxa do marxismo-leninismo.

[4] Aldo Ferrer es uno de los teóricos del desarrollo más comprometidos con la realidad argentina y más críticos del pensamiento neoliberal que dominó la escena política nacional durante varios años. La vigencia de su obra muestra que la solución de la crisis no se encuentra en las respuestas adaptativas y de coyuntura dominadas por el terror del riesgo país y los cambios de humores de los mercados financieros internacionales, y expresa la necesidad de una reflexión profunda y autoconsciente sobre las posibilidades de realización de la comunidad argentina a partir de los objetivos de transformación, equidad social e inserción internacional: - “La integración latinoamericana fortalece la capacidad de nuestros países para responder con eficacia a los desafíos y oportunidades que plantea la globalización. Es imprescindible la ampliación del mercado y la concertación de políticas en áreas claves como el desarrollo industrial y tecnológico. La cooperación en materia financiera en la actual coyuntura es indispensable. América Latina no debería repetir la mala experiencia de la crisis de la deuda externa en la década de 1980. La asimetría del marco de la negociación entre deudores y acreedores culminó entonces con un reparto inequitativo de los costos en contra de América Latina y, en definitiva, en una crisis económica y social de grandes proporciones.”

fonte : <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/se/20100614033633/5ferrer.pdf>  
<http://edant.clarin.com/suplementos/economico/2003/01/12/n-01104.htm>

## **A narrativa sul-americana 2006-2015**

### **Do regime econômico internacional**

As relações de comércio e inserção internacional dos atores sul-americanos no período contextualizado, embora considerando a significativa importância de fatores naturais, tecnológicos e econômicos propriamente, foram sobremaneira influenciadas, e por vezes conduzidas pela conformação do fator ideológico. Como observado em Castañeda (2006), a região passou a rever suas prioridades<sup>5</sup>. A América Latina fez uma curva à esquerda no início do século XXI, caracterizada por duas diferentes opções: Brasil e Venezuela. A Venezuela chavista representando a esquerda nitidamente mais radical e contrária às agendas de relações com os Estados Unidos. Enquanto a opção brasileira representava a esquerda mais pragmática e ofertava uma agenda agregadora de interesses, conforme define Pecequillo (2009:142):

Complementando este eixo horizontal com elevado grau de prioridade e como uma plataforma de relacionamento entre o Brasil, seus parceiros e o restante do mundo encontram-se os projetos de integração sul-americana.(...) Além das questões comerciais, iniciativas como a ALCSA, IIRSA, Casa e Unasul, possuem uma dimensão política e estratégica que visa estabelecer laços que ultrapassem a livre troca de a livre troca de mercadorias, concentrando-se na complementaridade das economias, sua identidade cultural e problemas sociais comuns, associando a somatória de vantagens estratégicas comparativas nos setores energético, de infraestrutura e produção de bens.

Caracterizado em Pecequillo (2009) como um período no qual se buscou uma atualização de agendas e recuperação do espaço de influência determinado pelo embate entre os dois projetos de esquerda (radicalismo bolivariano x pragmatismo brasileiro), ora convergentes, ora divergentes em suas estratégias, percebe-se neste cenário o Brasil<sup>6</sup> como potência regional inserida num sistema de relações multipolarizadas.

---

[5] Las propuestas de integración regional en América Latina han sido objeto de una lógica de desgaste-confianza intergeneracional. Nuevas clases dirigentes que promueven una determinada articulación de concertación regional como estrategia de desarrollo para sus países, mientras las viejas clases dirigentes continúan con los esquemas precedentes de integración. De este modo no sorprende que cada fracaso en la integración se convierta en un nuevo estímulo para la integración.

(...)en la América Latina del Sur se destacan razones ligadas al desarrollo territorial, el comercio internacional y la infraestructura de conectividad física. Las demandas de cooperación transfronteriza en el Sur cuentan con un relativo respaldo desde estructuras como la Comunidad Andina de Naciones (CAN) o el Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Rhi-Sausi y Oddone (2011-12).

[6] (...)a pauta de exportações do país permaneceu concentrada em *commodities* agrícolas e industriais com elevada volatilidade de preços e quantidades, tornando as exportações dependentes da dinâmica do mercado internacional. Ademais, a valorização do real, associada à excessiva volatilidade da taxa de câmbio, pode comprometer a formação de expectativas favoráveis aos investimentos produtivos, particularmente aqueles destinados às exportações de produtos de maiores valores agregados. Nesse sentido, a consecução de uma taxa de câmbio real favorável às exportações e à substituição de importações torna-se ainda mais relevante no novo contexto geoeconômico em que a dinâmica da economia chinesa impulsiona os preços e as exportações de *commodities* primárias, nas quais o país detém grandes vantagens comparativas. Este fenômeno fica reforçado pela descoberta e pela exploração das reservas de petróleo e gás natural nas bacias do pré-sal brasileiro. (Texto Discussão TD 1500: O Brasil em 4 décadas – IPEA).



Neste sentido, a percepção das relações de comércio e cooperação econômica orquestradas pelos atores sul-americanos, parecem mais facilmente apreendidas em termos de estratégias de fortalecimento das aproximações bilaterais, do que a evidência de uma estratégia de incremento ao pouco expressivo Mercosul, como assim observada em Rhi-Sausi & Oddone (2012:275):

*En la América Latina del Sur, el regreso de la concertación política regional tras décadas de individualismo neoliberal signadas por el Consenso de Washington, ha generado los “acuerdos básicos” necesarios para el avance de una agenda sudamericana que pueda concentrarse en la resolución de problemas estructurales, la creación de riqueza y desarrollo, y el aumento de los márgenes de maniobra y autonomía internacionales. La agenda de la UNASUR, basada en issues systems, demuestra que un abordaje compartido permite la construcción de bienes públicos regionales sobre ejes temáticos de cooperación. El spaghetti bowl de la integración regional sudamericana continuará latente (y, probablemente, sin grandes avances ni sobresaltos), pero la concertación política regional y el desarrollo de lo que hemos dado en llamar “cooperaciones bilaterales reforzadas” permitirán traer respuestas más tangibles para los ciudadanos<sup>7</sup>.*

De modo mais enfático, sobre validação político-econômica do desempenho dos atores do cone sul, pondera Almeida (2015) no comentário - o *transpacífico partnership* e seu impacto sobre o Mercosul:

"O país (Brasil) paga o preço, atualmente, pelos muitos anos de retração comercial e introversão econômica, e quiçá por décadas de políticas setoriais excessivamente calcadas no mercado interno, sobre as quais vieram agregar-se a miopia inacreditável que consistiu na preferência ideológica por uma tal de diplomacia Sul-Sul, além da tolerância para com os desmandos argentinos em relação ao livre comércio no Mercosul. Não estranha, assim, que todas as avaliações feitas a propósito do TPP no Brasil foram num tom de lamento conformado com o nosso isolamento mundial apostando todas as suas fichas num longínquo acordo multilateral ou no sucesso de um pouco plausível arranjo Mercosul-UE."

Ademais, os desafios de construção de um regionalismo sul-americano autônomo prevalecem sob a assertividade incipiente de seus atores como justifica Rhi-Sausi & Oddone (2012:275): *“Por su parte, los escenarios fronterizos de la América Latina del Sur<sup>8</sup> presentan otro tipo de demandas centradas en cómo integrarse al sistema económico internacional desde vastos territorios regionales desarticulados y con asimetrías persistentes.”*

---

[7] En este contexto, hay que registrar los múltiples proyectos de desarrollo apoyados por la CAF, a través del Programa de Integración y Desarrollo Fronterizo (PADIF), que representan experiencias concretas orientadas a favorecer la integración fronteriza y el desarrollo regional y, al mismo tiempo, a enfrentar las dificultades socio-económicas de las poblaciones asentadas en dichos cruces. Estas iniciativas promueven, entre otros, el ordenamiento territorial; la planificación de proyectos para la integración física, económica y productiva; la promoción del desarrollo humano sostenible, y el fortalecimiento institucional del tejido comunitario. Rhi-Sausi y Oddone (2011-12)

## **Contextualização social, política e econômica brasileira no período**

Como subsídio à qualificação ou desqualificação do argumento segundo o qual o fator ideológico preponderou por vezes na construção de agendas, e por vezes na formulação de estratégias de ações que delinearam o comportamento em política externa e no alcance de interesses demandados internamente por cada um dos atores internacionais em estudo, e propósito essencial do presente trabalho, optou-se nesta fase, para uma melhor compreensão do período (2006-2015), por revisar em breve contextualização nas esferas social, política e econômica, o desempenho individualizado dos referidos atores.

Considerado em política e economia, o Brasil é assim tratado por Iglecias, Cardoso e Streich (2011:12:), em trabalho publicado pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES):

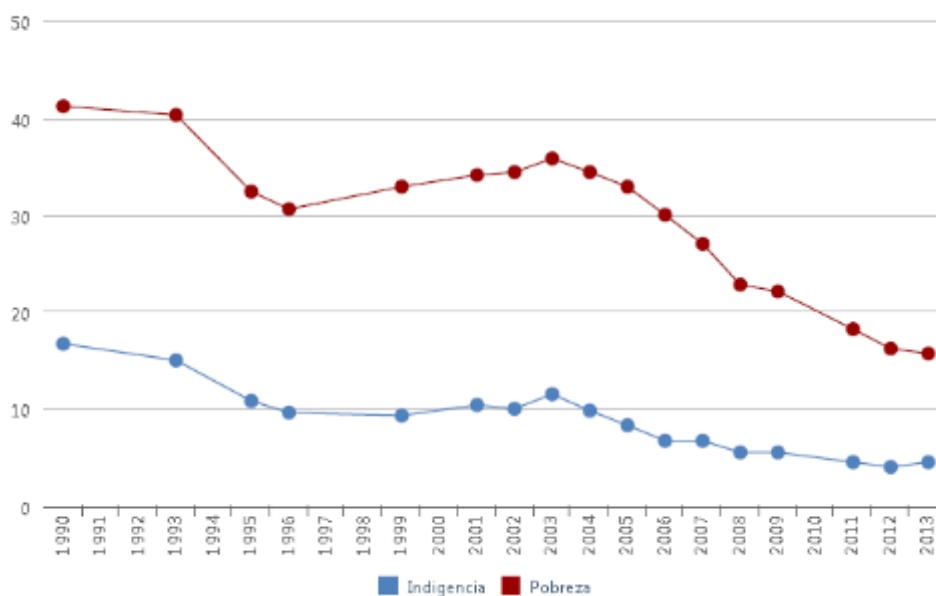
A coalizão que levou à vitória de Lula contava também com a participação de importantes setores comprometidos com a ortodoxia econômica vigente até então. A composição de sua base de apoio ao governo no Congresso Nacional incorporou partidos conservadores e tradicionalmente identificados com a agenda neoliberal. A convivência desses grupos com os outros mais à esquerda dentro do governo, representado por alguns setores do PT, do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi sempre carregada de tensões, na medida em que esses últimos preconizavam a ampliação do gasto social do governo, contra as políticas de austeridade que vinham sendo aplicadas nos governos anteriores.

A prevalência, por um curto período, da agenda ortodoxa como forma de acalmar os mercados e lograr a estabilidade necessária para recuperar a economia foi a estratégia adotada pelo governo Lula em seus primeiros anos... (Fagnani, 2011, p. 5).

Durante o primeiro governo Lula, ressalta Fagnani (2011,p.9), teve início o debate sobre a condução dos gastos sociais entre aqueles defensores da universalidade dos gastos e aqueles que defendiam uma maior focalização. As políticas sociais de então foram conduzidas pelo Fome Zero que aglutinava os diversos programas sociais, baseado sobretudo na transferência direta de renda. Ainda nesse período, a política social é capitaneada pelo Bolsa Família que incorpora além do Fome Zero, outros programas sociais originados no governo de seu antecessor FHC.

Embora se perceba uma clara redução na pobreza conforme demonstra o *gráfico seguinte*, a eficiência dos programas de transferência de renda é reavaliada em Marinho, Linhares e Campelo (2011) onde, " os programas de transferências de renda não afetaram ou contribuíram para a queda dos índices de pobreza dos estados brasileiros." Destinando a razão à má gestão desses programas, "em função dos recursos não estarem sendo destinados a aqueles que de fato são considerados pobres, ou por que esses programas de transferências poderiam estar incentivando os indivíduos a não procurar outras fontes de renda."

## TAXA DE POBREZA

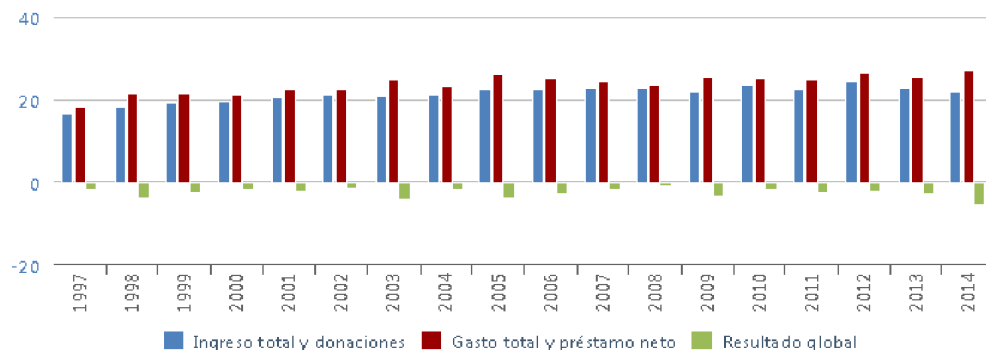


[Tasa de pobreza e indigencia](#) –CEPALSTAT)

O segundo mandato Lula para Fagnani (2011,p.9) é pontuado pelo embate entre o paradigma neoliberal e o paradigma desenvolvimentista, ocorrendo no campo doméstico da economia um alinhamento desenvolvimentista à ortoxia do Banco Central

Particularmente, ao início do mandato de sua sucessora Dilma Rousseff, depreende-se uma condução político-econômica claramente amarrada a programas de inclusão social de vertente populista, ao desaquecimento da produção industrial com valorização de setores específicos e produtores de commodities, e os primeiros sinais de desequilíbrio nas contas públicas (*ver gráfico*), decorrentes de um arremedo de estratégias desenvolvimentistas, cujo propósito assentava-se na redução das disparidades de renda e sociais.

## GASTOS PÚBLICOS



[Ingresos y gastos del gobierno central como % PIB](#) – CEPALSTA

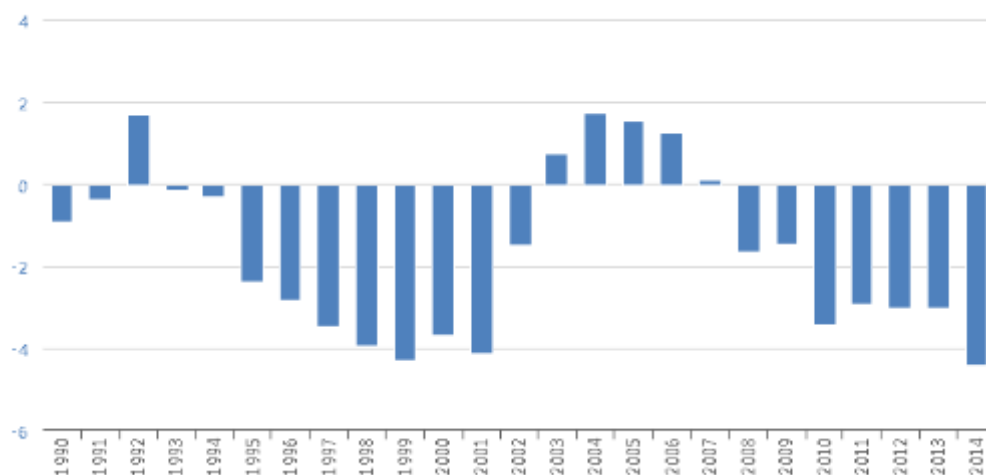
Em seu estudo - A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico, Teixeira e Pinto (2012:934-935) argumentam que:

Parece claro que, desde 2006, a economia brasileira entrou em um novo regime de crescimento, puxado pela demanda, no qual as políticas de distribuição de renda e o crescimento do mercado interno, com a incorporação de ampla parcela da população antes excluída do consumo de massas, tiveram papel fundamental. Especialmente em 2010/2011, entretanto, os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, mostraram-se claros. Observa-se um tipo de crescimento com elevação do consumo das famílias, mas com baixo dinamismo industrial, caracterizado externamente por uma acoplagem passiva às cadeias produtivas asiáticas que puxa para a reprimarização da pauta exportadora e para a especialização regressiva da estrutura produtiva.

O consumo cresce sem expansão da produção industrial devido ao vazamento da renda para o exterior com o aumento das importações de manufaturas e desarticulação das cadeias produtivas domésticas aumento do conteúdo importado, (*segue gráfico*). Consequentemente, reduz-se o poder multiplicador das políticas sociais de transferência de renda e aumento do salário mínimo. O setor privado, em particular a indústria de transformação, segue apresentando resultados decepcionantes em produção física e crescimento do PIB, suscitando debates sobre a desindustrialização. A capacidade ociosa desse setor em níveis elevados tem conduzido à retração dos investimentos privados a partir de 2011 que vinham sendo fonte importante do crescimento.

O presente cenário revela um panorama doméstico embebido em forte crise político-econômica, com desajustes nas contas públicas, encolhimento da capacidade produtiva, crescimento inflacionário e conflitos rotineiros entre o executivo e legislativo nacional. Concernente ao cenário internacional, embora guardando a importância de potência regional, parece caminhar em direção ao insulamento face ao sistema de relações mundializadas, seja pela indefinição de agendas prioritárias e ajustadas ao comportamento contemporâneo global, seja pela insípida forma de inserção aos mercados internacionais e inadequado protecionismo a setores específicos da economia.

## SETOR EXTERNO

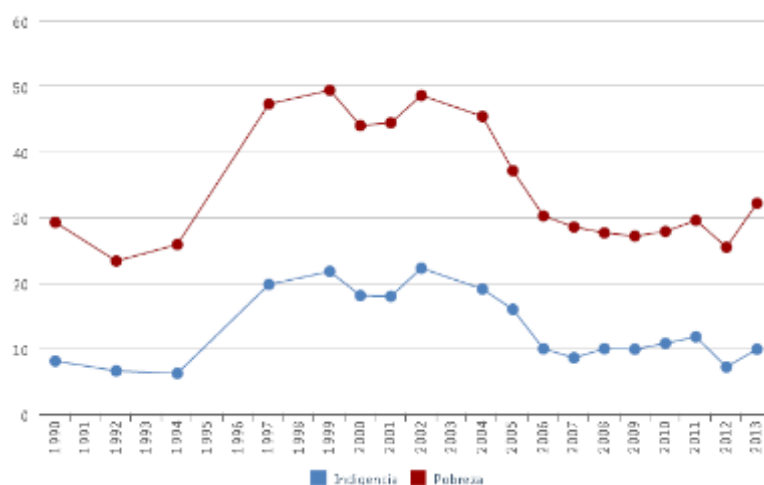


(Saldo en cuenta corriente como porcentaje del PIB - CEPALSTAT)

## Contextualização social, política e econômica venezuelana no período

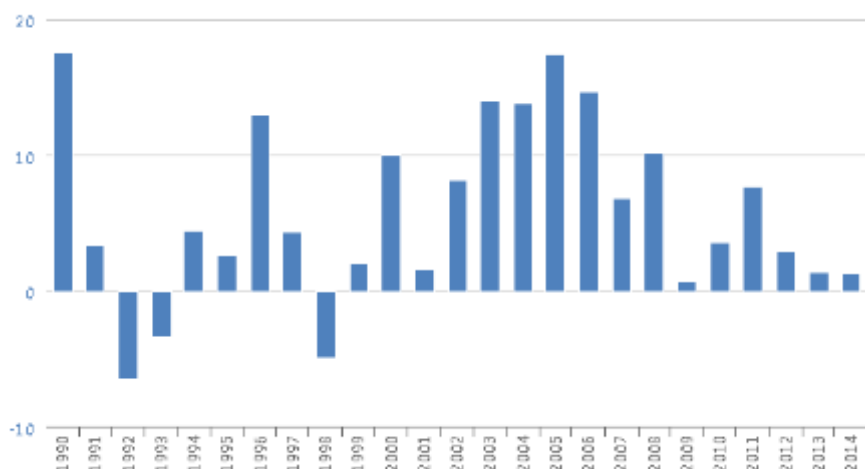
O cenário venezuelano definido pela nova experiência socialista assume os propósitos de inclusão social e redução da pobreza (*ver gráfico*), porém, mostra-se incapaz de diversificar a pauta econômica e superar eficientemente a estagnação na economia herdada. O atrelamento das estratégias de governo à exportação de commodities (*gráfico seguinte*), e as estratégias de inserção internacional a um comportamento ideologicamente assimétrico contribuem seguidamente ao longo do período (2006-2015) para a desconstrução das contas públicas.

## TAXA DE POBREZA



(Tasa de pobreza e indigencia –CEPALSTAT)

## SETOR EXTERNO



(Saldo en cuenta corriente como porcentaje del PIB - CEPALSTAT)

No estudo de pesquisa - Estratégias de desenvolvimento em questão: O debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989-2010, publicado pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES) em 2013, Iglecias, Cardoso e Streich (2011:18) citam:

Fortalecido pela vitória no referendo de 2004, Hugo Chávez anunciou em janeiro de 2005 a adesão de seu governo ao “Socialismo do século XXI”, conceito preconizado por Heinz Dietrich Steffan desde 1996. Ainda que esse autor defenda a substituição dos preços definidos pelo mercado por uma forma de precificação baseada no valor de trabalho, a política econômica venezuelana apenas de forma gradual se tem influenciado pelas doutrinas do “Socialismo do século XXI”

A vitória nas eleições de 2006 significou a possibilidade de aprofundamento da nova experiência política. A consolidação de um partido unificado de apoio ao governo –Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)– e a não renovação da concessão para a Rede Caracas Televisión (RCTV) foram algumas das novas articulações políticas resultantes do fortalecimento do grupo chavista. Outra das principais iniciativas daquele mandato foi a tentativa de reforma constitucional de 2007. A derrota da proposta governista foi a primeira derrota eleitoral do chavismo. Diversos itens daquela proposta, contudo, foram retomados e aprovados em votação realizada em 2009. A economia venezuelana durante os governos de Chávez continuou fortemente condicionada ao desempenho comercial do petróleo, a despeito das tentativas de diversificação econômica. A retomada do crescimento dos preços do

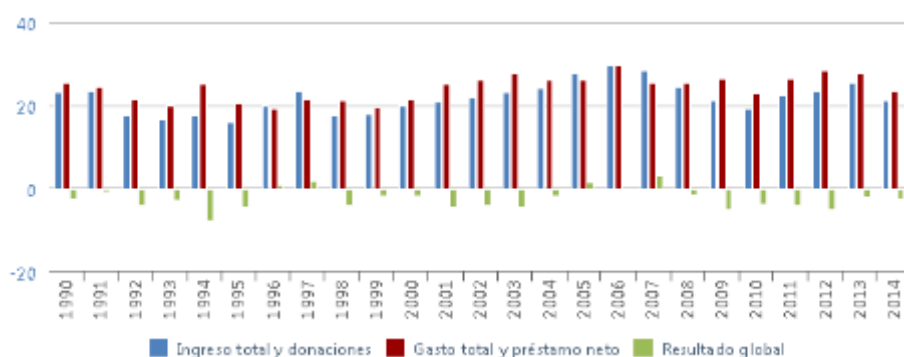
petróleo desde 2003 favoreceu grandemente o governo de Hugo Chávez, possibilitando a ampliação dos programas sociais do governo e consolidando o apoio de amplos setores da população. A crise econômica mundial iniciada em 2008, associada ao fracasso da economia venezuelana em diversificar suas fontes de receita para além da exportação do petróleo, teve forte impacto no país, causando os índices negativos de crescimento da economia em 2009 (-3,2%) e 2010 (-1,49%). Ao final desse período, contudo, a taxa de pobreza no país decrescera de 49,4% em 1999 (primeiro ano da gestão de Hugo Chávez) para 27,8%, garantindo a continuidade do apoio popular ao governo.

Conforme Lopes (2013) “no governo Chávez se mantém a trajetória histórica do crescimento econômico da Venezuela, baseado na dependência da renda petroleira e no desenvolvimento de um aparato institucional voltado basicamente para a obtenção desta renda e para a distribuição desses recursos em direção a alguns grupos econômicos específicos.” A aceitação dessa conformação sócio-econômica, o *rentismo* (dependência de renda das commodities), não parece de fato um mérito do doutrinamento bolivariano, arraigada no povo venezuelano, construíra-se por décadas de condicionamento econômico, segundo o próprio Lopes (2013):

A sociedade, de forma geral, incorporou essas características presentes na economia, pois durante todo o período também se favoreceu com os elevados gastos públicos, com subsídios na compra de uma série de bens de consumo, com pequena contribuição tributária além do câmbio sobrevalorizado - que possibilitou um elevado consumo de bens importados ao longo dos anos. Dessa forma, o comportamento rentista, foi incorporado, legitimando socialmente o modelo econômico rentista venezuelano.

Nicolás Maduro sucede a Chávez com a herança de um cenário ideológico em desconstrução, onde os gastos públicos já apresentavam déficits avolumados (*ver gráfico*) empresa a manutenção de programas assistenciais tornara-se insustentável, decorrente da inviabilidade do continuísmo da política de preços artificializados e importações subsidiadas. O consumo determinado, em anos anteriores, pela valorização do petróleo, não apenas decaiu, mas acentuam-se o empobrecimento da sociedade, a crescente desvalorização cambial e os altos índices inflacionários.

#### GASTOS PÚBLICOS



(Ingresos y gastos del gobierno central como % PIB – CEPALSTAT)

A percepção contraproducente de política internacional, também tem delineado o comportamento de Nicolás Maduro em seu governo, quando, para explicar insucessos na condução de assuntos domésticos, costumeiramente tem atribuído razão a inimigos externos, o que vem provocando significativos agravos, como, o anúncio da ruptura das relações com o Panamá, a expulsão de três funcionários americanos por ingerência e responsabilização ao ex-presidente colombiano Álvaro Uribe pela crise venezuelana.

As consequências do desgaste do modelo bolivariano no país já se vislumbram nos resultados do recente pleito eleitoral, no qual, a coalizão oposicionista MUD (Mesa da Unidade Democrática) alcançara a maioria parlamentar, porém, estabelecer cenário de retorno ao civilismo e democracia, representa ainda um árduo exercício, num regime onde vigora o controle da imprensa, a limitação das liberdades individuais e sindicais, inexistência da independência do judiciário, líderes oposicionistas são aprisionados e os direitos humanos são constantemente violados.

### **As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela: Da Política Internacional Bolivariana**

As estratégias tradicionais de inserção internacional, como se articulam tais estratégias e em que se fundamentam, serão nesta fase, objetos de análise quando postas em face do fator ideológico (bolivarianismo, prática política venezuelana de cunho populista com um antagonismo mais radical ao capitalismo de mercado / lulopetismo, adotada pela esquerda brasileira petista, comunga interesses das camadas populares e exóticas alianças ideológicas com segmentos conservadores), por vezes associado às agendas de relação comuns e por vezes determinante do comportamento destes dois atores internacionais no período (2006-2015).

Revisando inicialmente o comportamento específico de cada ator no cenário global, encontra-se em Pecequillo (2010:227-228): “o país - Brasil - desenvolveu (...) um quadro de tradições que pode ser sistematizado em quatro itens: o caráter não confrontacionista da diplomacia brasileira (vocalização pacífica e multilateral) o juridicismo (a preferência por soluções negociadas e sustentadas na lei e no direito internacional), o pragmatismo na busca do interesse nacional e a correlação entre desenvolvimento e relações internacionais, no qual o setor externo é percebido como uma importante alavanca de progresso e sustentabilidade nacional.” Cervo (2008:17) considera que: “os conceitos brasileiros aplicados à inserção internacional do país são múltiplos e por vezes complementares, como estas duas correntes – um país liberal e um país industrial – referidas, capazes de produzir o equilíbrio do modelo de inserção ou modelos contraditórios. Ao ressaltar a autonomia e o universalismo como fatores constitutivos da política externa brasileira, Saraiva e Ruiz, (2009:155-156) citam:



Nos marcos destas crenças, em termos político-diplomáticos houve três grupos mais definidos, sendo dois deles mais fortes e com penetração no aparato governamental (...) A visão mais favorável a uma liberalização condicionada (que não renuncia a política industrializante adotada no período desenvolvimentista), identificava o Mercosul como um espaço para diminuir os impactos e o próprio ritmo de uma abertura para o exterior, e oscilou (...) entre a defesa do retorno a uma área de livre comércio e a aceitação de uma união aduaneira incompleta. Em termos político-diplomáticos, estes encontraram identidade principalmente nos marcos do institucionalistas pragmáticos. Os desenvolvimentistas (que se enquadram nos padrões da heterodoxia) buscavam a integração como mecanismo de acesso a mercados externos, como impulso para transformações e de maior eficiência no sistema produtivo interno, assim como um canal de projeção e fortalecimento nas negociações econômicas internacionais. Sua maior identidade na esfera diplomática dá-se com a corrente autonomista, que defende uma projeção mais autônoma e ativa do Brasil na política internacional.

Concernente à formulação de um conceito aproximado da política de inserção internacional da Venezuela, coaduna-se ao fator ideológico inerente ao período (2006-2015), o fator natural (o meio geográfico e os recursos naturais) como um relevante recurso de poder, conferindo-lhe um caráter diferenciado, especialmente em suas relações com parceiros latinos, sul-americanos e caribenhos, conforme considerado em Saraiva e Ruiz (2009:157):

As percepções presentes na Venezuela sobre integração regional<sup>8</sup> são bem diferentes das vistas na Argentina e no Brasil. A recente entrada em curso da Venezuela como membro pleno do Mercosul é resultado de um processo que se iniciou em meados dos anos 90, quando o governo de Rafael Caldera começou a redefinir a estratégia de integração do país, no contexto de uma revisão de sua política externa.

---

[8] O distanciamento entre Brasil e Venezuela foi marcado pela Doutrina Betancourt, adotada em 1959, que pautou a política externa venezuelana de aproximação aos Estados Unidos e isolamento regional, a partir do não reconhecimento e afastamento de governos vizinhos que não fossem oriundos de eleições diretas. Tal distanciamento começou a ser modificado nos anos 1980 com os presidentes José Sarney e Jaime Lusinchi<sup>1</sup> e, nos anos 1990, em um novo ensaio de aproximação entre os governos dos países. Durante os mandatos de Rafael Caldeira, Hugo Chávez e Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002, a aproximação entre os países seguiu baseada no empenho pessoal dos chefes de Estado.

[8.1] No início do governo Hugo Chávez, a Venezuela mostrou que daria maior ênfase às vizinhanças na sua política externa, elegendo quatro áreas básicas: amazônica, caribenha, atlântica e andina. Isto é reforçado, ainda, pela intenção manifesta de ingressar no Mercosul como membro *associado* logo no começo do governo Hugo Chávez. Ademais, além do potencial de cooperação entre os países, passou a prevalecer uma significativa convergência entre as relações e estratégias de Brasil e Venezuela, especialmente a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), marco no qual as relações entre os países foram amplamente retomadas e intensificadas. Tanto para o governo brasileiro quanto para o venezuelano a relação bilateral se tornou “aliança estratégica”, formalizada em 2005, não apenas para as ações de política internacional no âmbito regional, mas também em âmbito extrarregional. A prioridade das relações bilaterais para os dois países foi reforçada pelos encontros presidenciais trimestrais, os quais ocorrem desde 2007. (Barro, Padula e Severo, 2011:34-35).

Diferentemente dos outros dois países, a Venezuela é um país caribenho e andino, além de amazônico. A *Cuenca* do Caribe lhe é um espaço vital, sendo uma área de enorme importância geopolítica e geoeconômica onde o país sempre exerceu influência política. É parte da sub-região andina, pois, apesar de apenas três estados fazerem parte da Cordilheira dos Andes, o país está historicamente ligado a esta zona do continente. Os laços históricos com a Colômbia – país com o qual a Venezuela tem uma intensa relação – são às vezes conflitivos, às vezes cooperativos, mas têm um forte conteúdo societal devido às interações crescentes entre suas populações. Por fim, a Venezuela é um país com uma fachada amazônica, certamente a menos desenvolvida, mas que não por isso é pouco relevante. Estas múltiplas identidades explicam em boa medida a política externa venezuelana e, como consequência, suas estratégias em matéria de integração e cooperação regionais promovidas pelos governos desde o início da era democrática.

Uma vez generalizados em breve conceito, o comportamento e as características tradicionais dos atores em questão, seu modo característico de gerir as demandas domésticas, e o tradicional modo de vinculação ao sistema de relações internacionais, nesta fase da argumentação, será abordada a forma particularizada de utilização desses recursos de poder para a construção do relacionamento bilateral no período onde o apelo ideológico fortalecido pontuou todo o processo de relação. Em Pecequillo (2009:143), o teor político presente na definição das agendas nacionais é distinguido:

A dinâmica de divergência e convergência entre os projetos de esquerda pode ser vista na relação bilateral entre Brasil e Venezuela. Em comum, ambos os países buscam uma atualização de suas agendas e a recuperação de espaço. Na América do Sul, o discurso consensual é acompanhado por projetos distintos, a despeito de suas complementaridades: a CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações, hoje Unasul, Uniao Sul-Americana de Nações) liderada pelo Brasil e a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) proposta por Chavéz.

---

[8.2] Se por um lado o território amazônico sempre constituiu um obstáculo físico nas relações Brasil-Venezuela, as questões de segurança que envolvem a região são de tamanha grandeza que as recorrentes problemáticas surgidas nesse espaço determinaram os primeiros passos de uma *cooperação concreta* entre os países. As ameaças externas em torno de uma possível internacionalização da região geravam preocupação nos países amazônicos desde meados da década de 1950. Nesse sentido, as iniciativas tomadas, de forma conjunta, sempre visaram o afastamento das grandes potências nos assuntos amazônicos. Entretanto, foi o projeto de integração da região norte do território brasileiro, simbolizado pela construção da Rodovia Transamazônica que gerou o maior impacto na Venezuela. O projeto levado a cabo pelo regime militar gerou uma forte preocupação no país vizinho com relação às reais intenções brasileiras. Tal projeto foi visto como parte de um plano de expansão territorial e de pretensões imperialistas do governo brasileiro na região. Deste modo, a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em Brasília em 1978, representou não somente um marco da aproximação Brasil-Venezuela, como também uma diminuição nas desconfianças venezuelanas com relação ao comportamento brasileiro. (Nunes, 2011:56)

Outros pontos de tensão referem-se a preservação do relacionamento bilateral entre EUA e Brasil em bons termos e o tema da energia, setor nos quais os interesses brasileiros chocaram-se com os bolivianos e também com os venezuelanos no campo do gás, petróleo e biocombustíveis.

As relações bilaterais entre as duas opções da esquerda sul-americana, acentuam-se porém, tanto em termos de negociações comerciais como também nos moldes de uma cooperação técnico-científica ainda no início do período contextualizado no presente trabalho, ou seja, nos governos de Hugo Chávez (Venezuela) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), e assume assim, um caráter institucionalizado com a abertura, na Venezuela, de representações da Embrapa, a Caixa Econômica Federal e o Ipea.

A percepção do cenário das relações entre Brasil e Venezuela que acompanha os presidentes Nicolás Maduro e Dilma Rousseff, com respeito às transações de comércio bilateral - embora substancialmente preservada a balança de importação-exportação<sup>11</sup> - tem demonstrado desde da influência da conformação da economia internacional sobre a pauta de commodities, até as conseqüências da ingerência e dos graves atos de corrupção praticados contra suas gigantes estatais (PDVSA e Petrobrás), uma deterioração político-econômica no ambiente doméstico de ambos atores.

No aspecto da parceria em cooperação técnico-científica para transferência de tecnologia para produção agrícola foi detectado em relatório da Controladoria Geral da União (CGU)\*, uma triangulação de recursos para a criação da unidade internacional da Embrapa e considerada irregular o uso de tais recursos. Apontou o documento que a Embrapa<sup>12</sup> tinha convênio com a empreiteira *Odebrecht* na Venezuela para fins de transferência de tecnologia. O entendimento foi de que houve “descumprimento de preceitos legais e estatutários” em sua constituição.

---

[11] Durante 2012, mais de 2500 empresas estabelecidas no Brasil realizaram exportações para a Venezuela. Deste total, 2050 (82%) venderam menos de US\$ 1 milhão e apenas 18 (0,7% do total) exportaram mais de US\$ 50 milhões. Entre as maiores vendedoras estão Kaiapós (gado vivo), Embraer (aeronaves), Sadia (carne de galinha), JBS (carne bovina), ED&F MAN (açúcar), Medabil (estruturas metálicas) e Toyota, Goodyear, Ford e Iveco (veículos e autopeças). No caso das empresas estabelecidas no Brasil que importaram da Venezuela, a concentração é ainda maior. Das 212, mais de 120 (57%) compraram menos de US\$ 1 milhão e somente uma, a petroquímica Braskem, importou mais de US\$ 50 milhões. Outras grandes compradoras foram Eletronorte, Petrobras, Votorantim e Basf. (<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/> : acesso em 05/12/2015)

[11.1] Em 2013, o superávit brasileiro com a Venezuela foi de US\$ 3,6 bilhões. No período, as exportações brasileiras para a Venezuela no ano passado somaram US\$ 4,8 bilhões e as importações US\$ 1,1 bilhão. Os principais itens exportados pelo Brasil para a Venezuela em 2013 foram carne bovina congelada (US\$ 844 milhões, 17,4% da pauta); bovinos vivos (US\$ 546 milhões, 11,3%); aviões (US\$ 376 milhões, 7,8%); carne de frango congelada (342 milhões, 7%); e açúcar de cana bruto (US\$ 242 milhões, 5%). Fonte: [Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior](#)

[12] Embrapa deveria servir de ponto de apoio para as políticas de aumento da produção agrícola venezuelana, inclusive, com a produção com vistas à exportação, como o caso da soja. À Caixa caberia transferir a experiência brasileira em programas habitacionais e de intervenções em locais de baixa renda para recuperar a economia local. O Ipea serviria de apoio à formulação de políticas para o desenvolvimento para a Faixa Petrolífera do Orinoco, usar o petróleo para promover a diversificação da estrutura produtiva do país. (COOPERAÇÃO BRASIL-VENEZUELA: CAMINHOS INSTITUCIONAIS, trabalho apresentado por Corival Alves do Carmo durante o V CONSAD de Gestão Pública em – 4, 5 e 6 de junho de 2012, Brasília/DF).

\*Reportagem CGU fonte: <http://m.oglobo.globo.com/brasil/cgu-indicia-diretora-da-embrapa-policia-federal-abre-inquerito-12376099>

## Considerações Finais

No processo de construção de percepções sobre a viabilidade das estratégias empregadas no desenho do ajustamento bilateral Brasil e República Bolivariana da Venezuela, buscou-se compreender, a partir do modelo de inserção internacional de cada referido ator e a partir também, do modo de condução de suas ações político-econômicas em âmbito doméstico, que efeitos assertivos a adoção explícita do fator ideológico produziu sobre o comportamento desses atores internacionais.

Se inicialmente, ao se coadunarem as opções da esquerda pragmática<sup>13</sup> brasileira e a esquerda chavista venezuelana, ocorreria o encantamento da possível solidificação da agenda de um regionalismo autônomo sul-americano, o momento seguinte, revelou o esgotamento da promessa ideológica vinculada ao desempenho global do mercado de commodities. Por conseguinte, denotou-se uma progressiva deterioração nas economias internas desses atores, somada a graves crises políticas e recorrentes escândalos de corrupção.

Nesse cenário, as estratégias antes exaltadas para o estabelecimento de agendas binacionais, passam, no presente, por avaliação de legitimidade com fortes reflexos também, na sustentação dos paradigmas político-ideológicos que ainda mantêm no poder os incipientes programas partidários das representações da esquerda sul-americana. Porém, seriamente comprometida, a proposta de integração do continente sob o viés bolivariano caminha para o esvaziamento quando já os seus condutores entram em descrédito como exemplificada na derrota do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), de Nicolás Maduro e o início do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, no Brasil.

---

[13] Esquerda pragmática (Spanakos e Renno, 2011:121), termo que, segundo os autores, definiria a esquerda latina que uma vez no poder adota o pragmatismo em abandono a abordagem contra o mercado e a luta anti-imperialista.

## Referências Bibliográficas

### LIVROS:

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Brasil e Venezuela: esperanças e determinação na virada do século*. Brasília: Instituto de Relações Internacionais (IPRI): Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), 1995. 225p.

FURTADO, Celso; *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008. 188 p.

RANINCHESKI, Sonia; NEGRI, Camilo; MUELLER, Charles (Orgs.). *Economia Brasileira em Perspectiva Histórica*. Brasília: Verbena, 2011. 176p.

SILVA, José Ultemar de (Org.). *Gestão das Relações Econômicas Internacionais e Comércio Exterior*. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 200 p.

NYE, Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Tradução de Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009. 370 p.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. *Vocabulário da Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010. 462p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões*. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 246 p.

### MANUAIS:

- Panorama del desarrollo territorial en América Latina y el Caribe, 2015  
Pactos para la igualdad territorial. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/publicacoes>  
Acesso em 03/12/15.

- Globalización, integración y comercio inclusivo en América Latina: Textos seleccionados 2010-2014. Osvaldo Rosales (compilador). Disponível em:  
<http://www.cepal.org/pt-br/publicacoes> . Acesso em 03/12/15.

- Indicadores Macroeconômicos do Mercosul. Disponível em:  
<https://www.gmm-mercosur.org/home> . Acesso em 20/10/15.

-Texto para Discussão (TD) 1500: O Brasil em 4 décadas. Disponível em:  
[www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/). Acesso 26/11/15.

## Referências Bibliográficas

### ARTIGOS:

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 51, n.2, pp. 8-25, Jul./Dec.2008.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 51, n.2, pp. 136-153, Jul./Dec.2008.

LESSA, Antônio Carlos; COUTO Leandro Freitas; FARIAS Rogério de Souza. Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 52, n.1, pp. 89-109, Jan./Jun.2009.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 51, n.2, pp. 154-178, Jul./Dec.2008.

KEGEL, Patrícia Luíza; AMAL Mohamed. Instituições, Direitos e Soberania: a efetividade jurídica nos processos de integração regional nos exemplos da União Européia e do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 52, n.1, pp. 53-70, Jan./Jun.2009.

SARAIVA, Miriam Gomes; RUIZ, José Briceño. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional* (IBRI), Brasília, v. 52, n.1, pp. 149-166, Jan./Jun.2009.

LOPES, Ademil Lucio. História, Instituições e Rentismo: Entraves ao Desenvolvimento Econômico Venezuelano. *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR), Marília, v.2, n.1, p.113-139, Jan./Abr. 2013. Disponível em: [www.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/download/.../2714](http://www.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/download/.../2714) . Acesso em 10/11/2015.

IGLECIAS, Wagner; CARDOSO, Eliel Waldvogel; STREICH, Ricardo Neves. Estratégias de desenvolvimento em questão: O debate sobre o papel do Estado no Brasil, México e República Bolivariana da Venezuela, 1989-2010. Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), 2013. Disponível em: [http://www.cepal.org/ptbr/publications/list?search\\_fulltext=Estrat%C](http://www.cepal.org/ptbr/publications/list?search_fulltext=Estrat%C). Acesso em 05/11/2015.

BARROS, Pedro Silva; PADULA, Raphael; SEVERO, Luciano W. Boletim de Economia e Política Internacional A Integração Brasil – Venezuela e o Eixo Amazônia – Orinoco. IPEA, 2011. Disponível em: [www.ipea.gov.br/.../boletim\\_internacional/110722\\_boletim\\_internacional](http://www.ipea.gov.br/.../boletim_internacional/110722_boletim_internacional). Acesso em 01/12/2015.

## Referências Bibliográficas

### ARTIGOS:

NUNES, Tiago. UM PANORAMA HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-VENEZUELA. *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 2, nº. 6. Jun.Jul 2011.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.21. Número Especial, Dez.2012.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Rev. Bras. Econ.* vol.65 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2011.

Rhi-Sausi, José Luis; Oddone, Nahuel. Integración regional y cooperación transfronteriza en los nuevos escenarios de América Latina. *Centro Studi di Politica Internazionale (CeSPI), investigación & desarrollo* vol. 21, nº 1 (2013). Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/13370.pdf> . Acesso em 26/11/2015.

FUCCILLE, Luís Alexandre. Segurança e defesa no cenário sul-americano: um balanço das tensões entre realidade doméstica e plano externo. IX Congresso da Brasa (Brasília Studies Association), vol.1. New Orleans, EUA, 03/2008. Disponível em: [www.unicamp.br/anuario2008](http://www.unicamp.br/anuario2008). e [www.Brasa.org](http://www.Brasa.org)

FERRE, Aldo. La globalización, la crisis financiera y América Latina. Buenos Aires. Clacso, Consejo Interamericano de Ciencias Sociales.1999. Disponível em: [http://biblioteca\\_virtual.clacso.org.ar/se/20100614033633/5ferrer.pdf](http://biblioteca_virtual.clacso.org.ar/se/20100614033633/5ferrer.pdf)

## Referências Bibliográficas

### SITES:

<http://www.cepal.org/pt-br/publicacoes>

<http://www.cepal.org/pt-br/area-de-trabalho/desenvolvimento-economico>

<http://www.cepal.org/pt-br/area-de-trabalho/desenvolvimento-social>

<http://www.cepal.org/pt-br/area-de-trabalho/comercio-internacional-e-integracao>

[http://interwp.cepal.org/perfil\\_ODM/perfil\\_Pais.asp?Pais=VEN](http://interwp.cepal.org/perfil_ODM/perfil_Pais.asp?Pais=VEN)

[http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil\\_Nacional\\_Economico.html?pais=BRA](http://interwp.cepal.org/cepalstat/Perfil_Nacional_Economico.html?pais=BRA)

<https://www.gmm-mercosur.org/home>

[www.ipea.gov.br/.../boletim\\_internacional/110722\\_boletim\\_internacio](http://www.ipea.gov.br/.../boletim_internacional/110722_boletim_internacio)

<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>

<http://www.caf.com/pt/temas/r/relacoes-externas/>

<http://www.mundorama.net/category/biblioteca/rbpi/>

<http://www.mundorama.net/category/biblioteca/boletim-meridiano-47/>

<http://www.mundorama.net/category/biblioteca/contexto-internacional/>

<http://www.mundorama.net/category/1-boletim-mundorama/politica-externa/>

[http://www.mises.org.br/Articles\\_Thumbs.aspx?type=3](http://www.mises.org.br/Articles_Thumbs.aspx?type=3)

<http://www.presidencia.gob.ve/Site/Web/Principal/paginas/classIndex.php>

<http://www2.planalto.gov.br/>